

HORIZONTE

2000



**ÁGUA LIMPA
E MAIS ESGOTOS
NO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

LIBRARY IRC
PO Box 93190, 2509 AD THE HAGUE
Tel.: +31 70 30 689 80
Fax: +31 70 35 899 64
BARCODE: 17220
LO:

827 BR PE 95



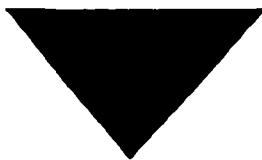
unicef

HORIZONTE

2000



**AGUA LIMPA
E MAIS ESGOTOS
NA REGIÃO
DE ITAPARICA**



Uma pesquisa recente mostra as deficiências do atual sistema de saneamento básico e abre o caminho para melhorar a situação.

Beber água limpa, tomar banho todos os dias, cozinhar sem riscos para a saúde, são ao mesmo tempo necessidades básicas e direitos elementares de cada um. Ora, são justamente esses direitos que vêm sendo ameaçados pelas dificuldades de abastecimento, poluições industriais e contaminações múltiplas provocadas pela falta de tratamento dos esgotos.

O assunto é de primeira importância: quando a qualidade da água está comprometida, não é nada menos que nossa saúde que está em jogo e, não raro, nossa vida que está em perigo. É só lembrar que muitas doenças infecciosas são transmitidas pela água, a começar pelo cólera, provocado por uma bactéria que vive na água. Basta beber um pouco dessa água contaminada, ou simplesmente comer um alimento lavado nela, para se expor à doença.

Em 1989, na microrregião de Itaparica, a Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco registrou 02 casos de cólera, 48 de hepatite - doenças essas favorecidas pelas deficiências do sistema de saneamento básico. Na mesma região, a taxa de mortalidade infantil é de 25 por mil, ou seja, 25 crianças mortas antes da idade de um ano, por mil crianças nascidas vivas. Sabemos que boa parte dessa mortalidade se deve à alta incidência de diarreias. Ora, como é que se cura um menino com diarreia sem se ter acesso à água de boa qualidade?

UMA PESQUISA PIONEIRA

Com o fim de analisar e melhorar as condições atuais do saneamento básico em Pernambuco, o UNICEF e o Governo do Estado através da FIAM (Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco) firmaram um acordo para desenvolver um trabalho pioneiro no Brasil, chamado **SIMAS - Sistema de Monitoramento de Água e Saneamento**.

Durante a primeira fase, os responsáveis pelo SIMAS fizeram um amplo levantamento de dados, procurando, em cada uma das 18 microrregiões do Estado, responder a duas perguntas aparentemente simples. A primeira era: **quantas pessoas têm acesso aos serviços de abastecimento de água?** E a segunda: **quantas têm acesso a algum tipo de esgoto sanitário?** Logo, porém, surgiu outra pergunta mais sutil: o que significa, na realidade, *"ter acesso"* à água ou ao esgoto? O que dizer, por exemplo, das mulheres que vão todos os dias, a pé, buscar água no chafariz que fica a mais de 500 metros da casa? Ou, uma situação pior ainda, porém comum no sertão, das que andam dois quilômetros até o barreiro de água salobra? Quem ousaria afirmar que elas *"têm acesso"* à água?

Frente à necessidade de se definir critérios para decidir quem tem ou não tem acesso aos serviços de saneamento básico (água e esgoto), os responsáveis pelo SIMAS precisaram colher informações junto às populações de todo o Estado de Pernambuco.

Por isso, organizaram uma pesquisa cujos resultados foram, num primeiro tempo, comparados aos dados emitidos pelos órgãos oficiais. Em seguida, critérios mais restritos foram aplicados às informações obtidas na pesquisa. Então, constatou-se que certos municípios, que pareciam dispor de bons serviços de esgoto, de repente ficaram com péssimo índice para esse mesmo item.

Vejamos, desde já, alguns resultados marcantes da pesquisa¹ efetuada na microrregião de Itaparica.

No que diz respeito aos serviços de abastecimento de água, a pesquisa mostra que 43.867 pessoas (40,3% da população) da microrregião de Itaparica não dispõe de acesso adequado à água, e que 91.013 pessoas (84,2% da população) não tem acesso ao esgoto sanitário, ou seja possuem apenas alguma alternativa para eliminação de dejetos.

Estes números constituem um valor médio para a região e não refletem a realidade de cada município. Há, por exemplo, diferenças sensíveis entre zona rural e zona urbana. E, na zona urbana, existem também diferenças entre famílias de renda alta (acima de dois salários mínimos) e famílias de renda baixa. Os resultados foram os seguintes:

Enquanto 19.007 pessoas (96,9%) da população urbana de renda alta tem acesso aos serviços de abastecimento de água, somente 19.013 pessoas (70,3%) da população urbana de renda baixa tem esse privilégio e o número cai para 25.996 pessoas (41,8%) na zona rural da região.

Quanto aos dejetos, 91.007 pessoas (96,9%) dos municípios desta microrregião não dispõe de esgoto sanitário, esse número alarmante é observado quando não apenas consideramos a eliminação dos dejetos. A pesquisa mostra que 19.007 pessoas (96,9%) da população de renda alta da zona urbana tem acesso aos serviços de esgotamento sanitário, contra 21.015 pessoas (77,7%) da população urbana de renda baixa e 28.981 pessoas (46,6%) da

população rural.

QUEM TEM REALMENTE ACESSO À ÁGUA E AOS ESGOTOS?

Interessante é entender como se chegou a esses números, isto é, quais foram os critérios para decidir quem "tem acesso" e quem não tem.

Antes de mais nada, é bom lembrar que o SIMAS dispõe de duas fontes de informações. Uma é oficial: são os dados fornecidos pela Compesa, pelas prefeituras, ou pelo censo. A segunda fonte é constituída pelos resultados da pesquisa de campo, que contou com questionários, distribuídos em municípios representativos de cada microrregião.

Num primeiro tempo, o pessoal do SIMAS comparou os resultados da pesquisa com os dados oficiais. Apareceram somente algumas diferenças de ordem geral. Por exemplo, em alguns municípios, os pesquisadores do SIMAS encontraram mais casas abastecidas com água do que consta nos relatórios da Compesa, um fato que indica a provável existência de ligações clandestinas.

Num segundo tempo, os técnicos do SIMAS analisaram os dados da pesquisa, à luz de critérios mais severos.

Consideraram "com acesso aos serviços de abastecimento de água, as populações com ligação domiciliar, torneira de fundo de quintal ou chafariz a uma distância máxima de 200 metros do domicílio", lê-se no relatório do SIMAS. O não enquadramento nessa condição, foi considerado "sem acesso".

De maneira geral, para o conjunto do Estado de Pernambuco, esta segunda análise fez cair os percentuais da população com acesso à água. No caso da microrregião de Itaparica, porém os resultados não mudaram, devido à quase ausência de poços na região.

Por outro lado, em certos municípios,

onde os dados oficiais apontavam para a existência de esgotos sanitários, os pesquisadores do SIMAS só encontraram redes de galerias de água pluvial. Por isso, novos critérios entraram em vigor também para os esgotos. Foram consideradas *“com acesso aos serviços de esgotamento sanitário, as populações que dispõem de rede coletora de esgoto ou de fossa séptica”*, excluindo-se os esgotos públicos simplificados, assim como os diversos tipos de latrinas.

Com esses novos critérios, não são mais 93.395 pessoas (85,5%) das pessoas que tem acesso ao esgoto - como indicavam os primeiros resultados do SIMAS - e sim, 17.199 pessoas (15,8%) da população que encontram-se assistidas por esse serviço.

O SANEAMENTO PARA TODOS : UMA PRIORIDADE DO UNICEF

Agora que foi concluída a fase de levantamento de dados do SIMAS e antes de iniciar uma nova fase, várias reflexões surgem à tona.

Em primeiro lugar, quem fizer afirmações como *“a maioria das famílias do meu município têm acesso ao saneamento básico”* deverá, a partir de agora, deixar claro os tipos de abastecimento em água e esgotos dos quais está falando. A precisão técnica deve ser a regra, já que se dispõe hoje de informações públicas mais detalhadas a esse respeito.

Em segundo lugar, mesmo seguindo os critérios mais severos do SIMAS, ter acesso à água nem sempre implica em dispor de água de boa qualidade. Mesmo *“encanada”*, a água pode estar turva, com mau gosto ou, até, contaminada. Também o acesso não diz nada da frequência da distribuição - muitas vezes irregular, particularmente nessa época de seca.

Por outro lado, os pesquisadores apontaram para a existência de um ciclo vicioso na gestão da distribuição da água. *“O sistema é ineficiente : poucos pagam muito, muitos pagam pouco, os custos não*

são cobertos, poucos investimentos são realizados e o sistema continua ineficiente”, afirmam.

Enfim, o SIMAS abre o caminho para uma discussão mais ampla sobre saneamento básico. Ao perguntar a respeito da *“existência de esgotamento ou saneamento, é comum obter-se como resposta positiva qualquer tipo de solução que apenas distancie a destinação dos dejetos”*, contam os relatores do SIMAS. *“Em alguns municípios, a ligação de águas servidas à rede pluvial é permitida e considerada aceitável pelos dirigentes, não tomando como negativo o aspecto contaminante desta solução”*, acrescentam. Ou seja, para muitos, afastar os dejetos para não vê-los mais é uma boa solução. Pouco importa se isso implica em poluir as terras e as águas do vizinho ou até, cúmulo do irracional, em sujar os próprios mananciais que abastecem o município - um fato muito mais comum do que se pensa.

O monitoramento, segunda fase do SIMAS, deverá registrar os progressos e incentivar mudanças de atitude da parte dos dirigentes, hoje conscientes do perigo que representa a situação atual. Não é por acaso que o UNICEF apoia o SIMAS : a luta pelo acesso universal ao saneamento básico, considerada como condição elementar de saúde das famílias, faz parte das suas prioridades para o ano 2000.

Cuidar da qualidade da água é, de fato, tarefa urgente. A persistência dos comportamentos irracionais teria o mesmo efeito boomerang que jogar lixo contra o vento: volta logo a sujar o quintal de quem o jogou. Para evitar de beber a própria água que acabamos de contaminar, só existe uma solução: tratar os esgotos e cuidar dos dejetos que estamos produzindo em quantidades cada vez maiores.

ALGUNS DADOS SOBRE A MICRORREGIÃO DE ITAPARICA

O Estado de Pernambuco como um todo foi atingido por terríveis secas nesses três últimos anos. A estiagem foi mais amena nas terras ribeirinhas do São Francisco ou no litoral mas, para todo mundo, significou uma precariedade cada vez maior da distribuição de água. Foi assim que assistimos à generalização do uso do carro-pipa no interior e às restrições ao consumo nas grandes cidades.

Essa irregularidade no fornecimento de água é um dos pontos ressaltados pelos relatórios do SIMAS em todas as 18

microrregiões de Pernambuco. Da mesma maneira, nota-se a ausência de controle da água nos poços da zona rural - a potabilidade só é controlada no momento da perfuração e, depois, nunca mais.

Cada área, porém, enfrenta dificuldades específicas ou, ao contrário, dispõe de vantagens que outras não têm. Eis, resumidas sob a forma de quadros simples, algumas informações mais específicas quanto ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário na microrregião de Itaparica. As informações são tiradas do relatório do SIMAS.

DADOS GERAIS DA MICRORREGIÃO DE ITAPARICA

Mesorregião	São Francisco Pernambucano
População	108.797 habitantes
Área	9.714 km²
Densidade demográfica	11,20 hab/km²
Municípios	Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Petrolândia, Tacaratu

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÁGUA

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

Município	Captação
Belém de São Francisco, Floresta, Itacuruba	Rio São Francisco
Carnaubeira da Penha, Águas Belas	Poço / Carro Pipa
Petrolândia	Lago de Itaparica
Tacaratu	Poço Amazonas / Carro Pipa

Nas áreas rurais, a maioria da população é abastecida através de poços artesianos ou amazona e carros-pipa.

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA

A COMPESA efetua operação e manutenção dos sistemas nas áreas urbanas. onde 62,13% dos domicílios têm hidrômetro e 37,87% não têm hidrômetro.

Nas áreas rurais, não existe a manutenção dos serviços implantados.

INVESTIMENTOS

Programação de investimentos com recursos provenientes da Caixa Econômica Federal para o município de Floresta, e segundo informação do escritório da COMPESA em Belém de São Francisco, existe um projeto de expansão do sistema através do Governo do Estado.

QUALIDADE DA ÁGUA

A existência de agentes poluidores junto aos mananciais, confere a água sabor e coloração desagradáveis ao consumo humano e comprometem a sua qualidade.

No município de Tacaratu no distrito de Caraúbeiras e nas áreas rurais, a água utilizada para o consumo humano vem de fonte natural ou carro-pipa, haja vista não ser de boa qualidade a água obtida por outros meios.

No município de Carnaubeira da Penha a água destinada ao consumo humano vem do município de Mirandiba em carros-pipa.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O SISTEMA DE ESGOTOS

Apenas os municípios de Itacuruba e Petrolândia possuem sistema de esgoto condominial com tratamento em lagoa de estabilização e filtro, atendendo à toda cidade. Esse sistema foi implantado conjuntamente pela CHESF e Prefeituras.

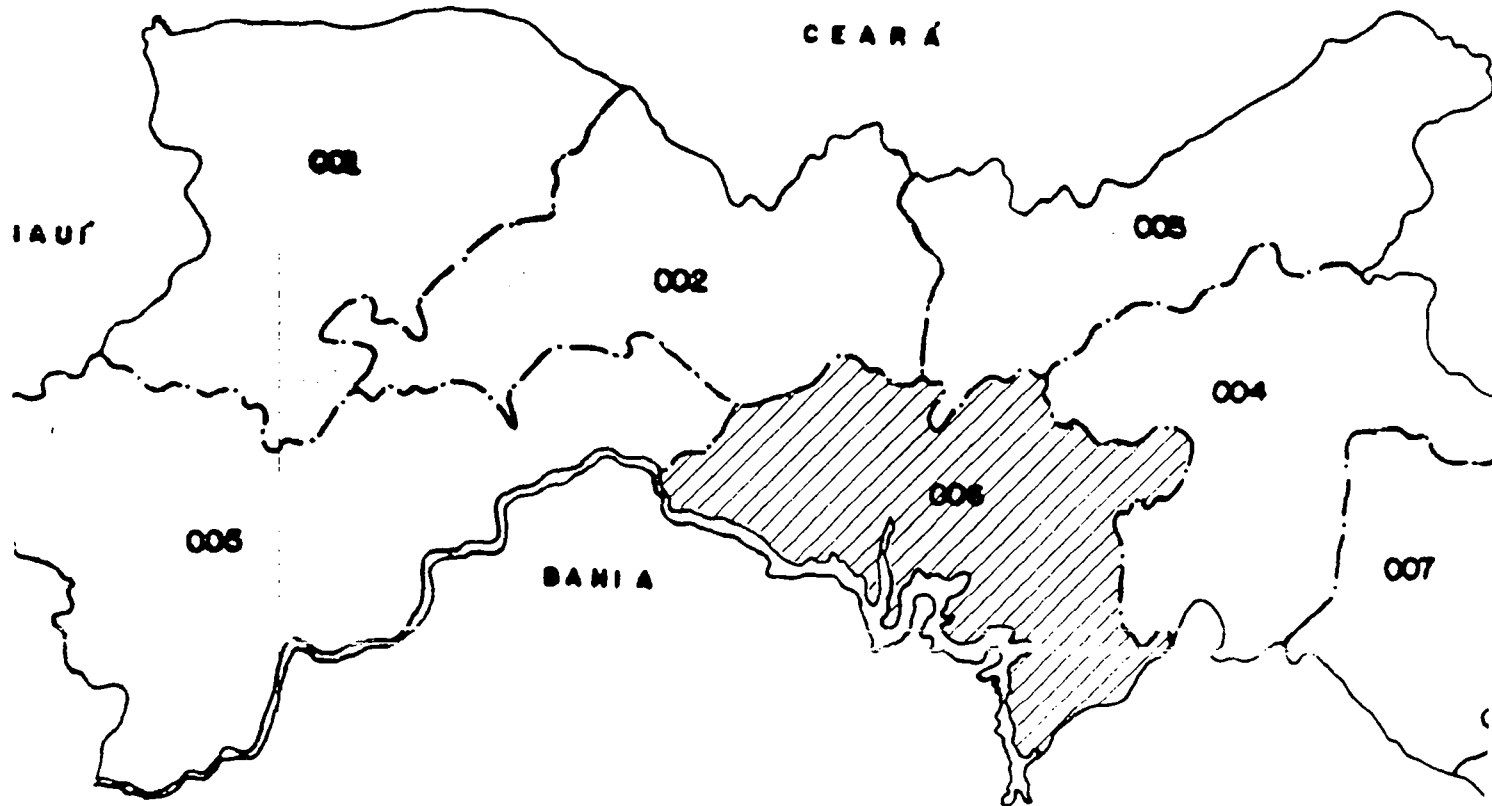
Utilização sistemática, pelo conjunto da população, da rede de galerias de águas pluviais para captação dos efluentes sanitários.

Funcionamento precário das fossas sépticas devido as deficiências do sistema de abastecimento de água.

Nos distritos de Caraibeiras e Airi não existe nenhum tipo de saneamento

MICRORREGIÕES DE PERNAMBUCO

006 - MICRORREGIÃO DE ITAPARICA



001 - MICRORREGIÃO DE ARAMPINA

002 - MICRORREGIÃO DE SALGUEIRO

003 - MICRORREGIÃO DO PAJEU

004 - MICRORREGIÃO DO SERTÃO DO MONTE

005 - MICRORREGIÃO DE PETROLINA

ITAPARICA

007 - MICRORREGIÃO DO VALE DO IPANEMA

008 - MICRORREGIÃO DO VALE DO POJUCA

009 - MICRORREGIÃO DO ALTO DO CAPIBARIÉ

010 - MICRORREGIÃO DO MÉDIO CAPIBARIÉ

011 - MICRORREGIÃO DE BARANHEIRA

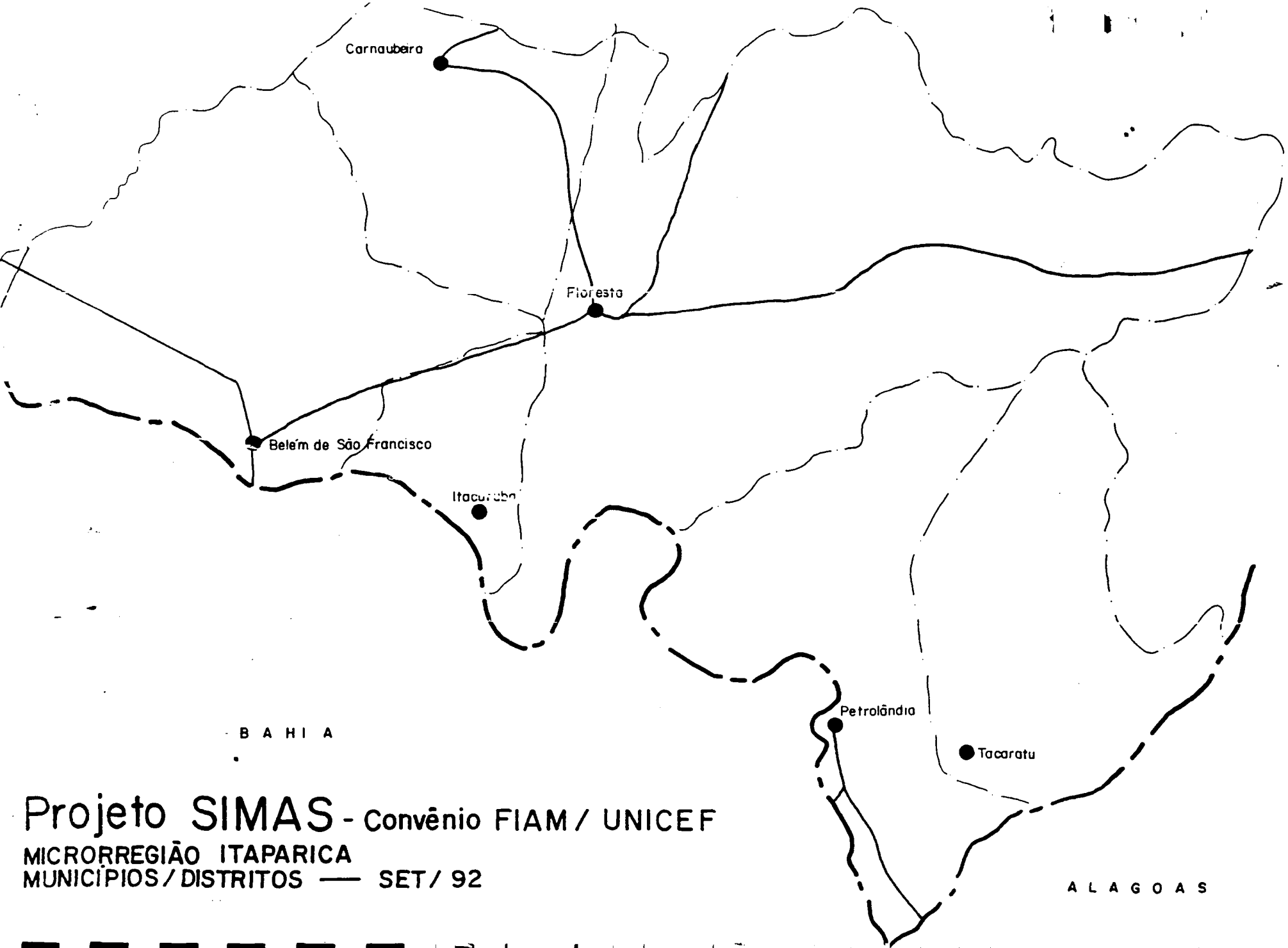
013 - MICRORREGIÃO DA MATA SETEN

014 - MICRORREGIÃO VITÓRIA DE SAN

015 - MICRORREGIÃO DA MATA MERID

016 - MICRORREGIÃO DE ITAMARACÁ

017 - MICRORREGIÃO DE RECIFE



Carnaúbera

Fioresta

Belém de São Francisco

Itacuruba

Petrolândia

Tacaratu

B A H I A

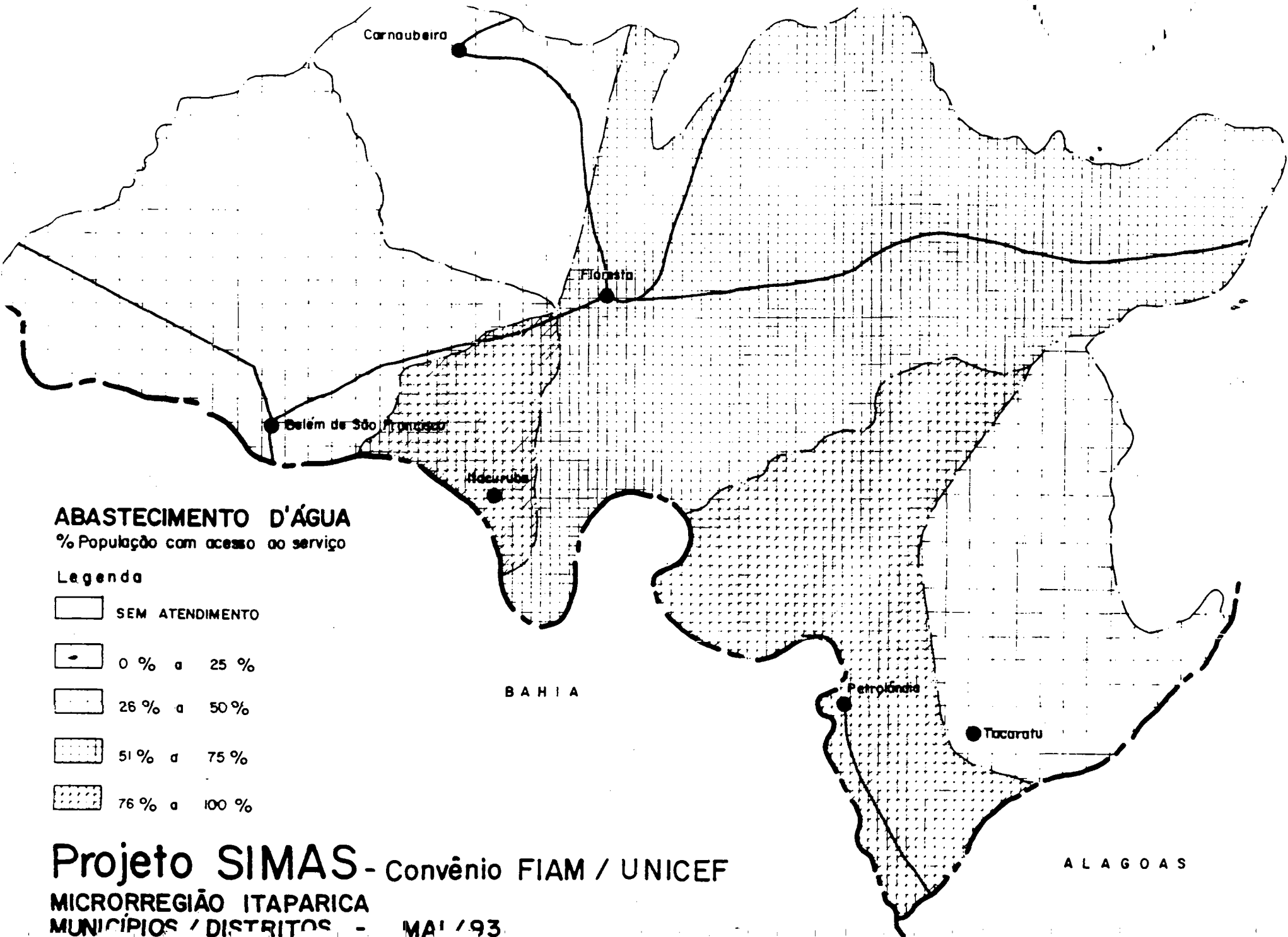
A L A G O A S

Projeto SIMAS - Convênio FIAM / UNICEF

MICRORREGIÃO ITAPARICA

MUNICÍPIOS / DISTRITOS — SET / 92

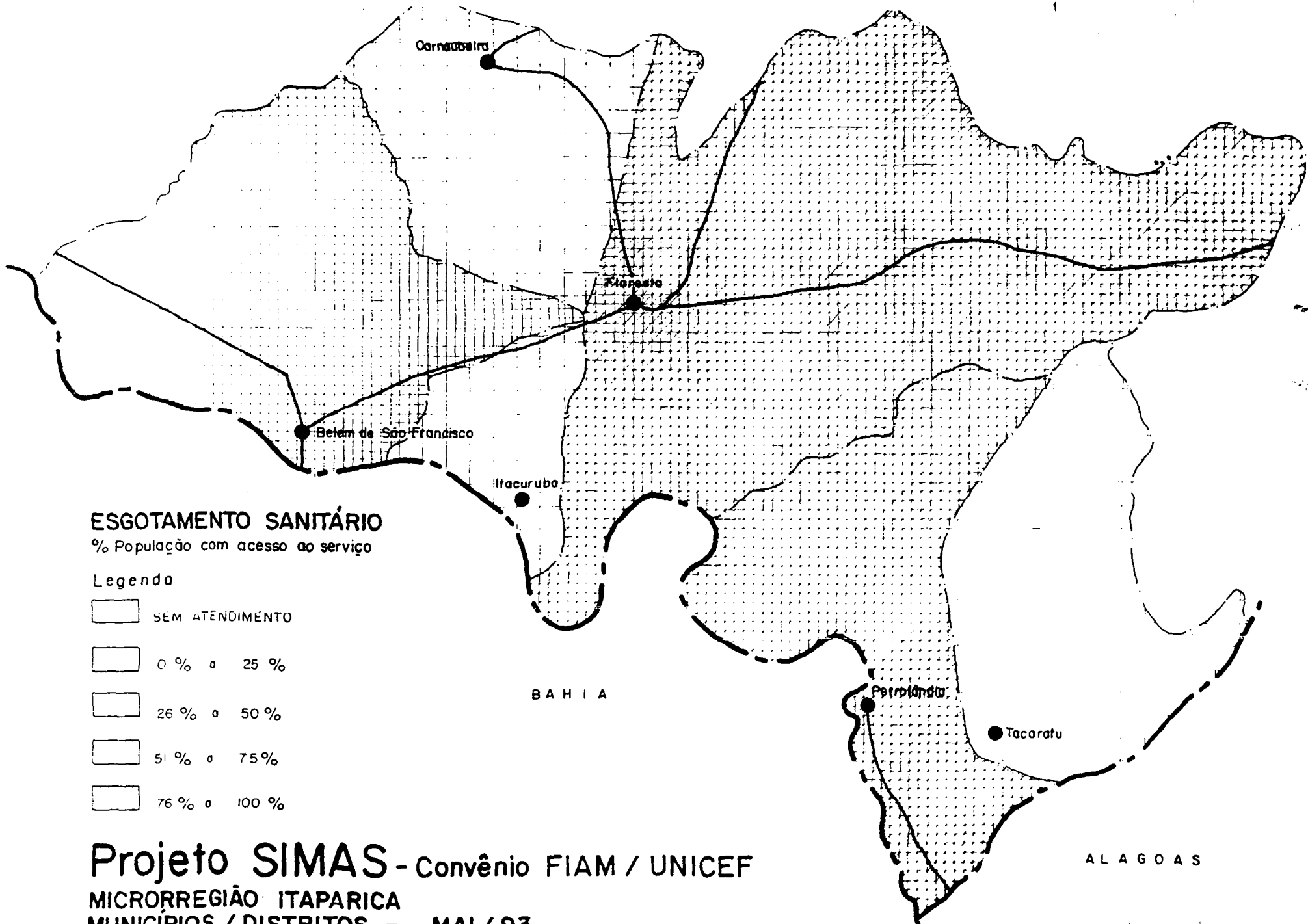




Projeto SIMAS - Convênio FIAM / UNICEF

MICRORREGIÃO ITAPARICA






MUNICÍPIOS / DISTRITOS - MAI / 93



ESGOTAMENTO SANITÁRIO

% População com acesso ao serviço

Legenda

-  SEM ATENDIMENTO
-  0 % a 25 %
-  26 % a 50 %
-  51 % a 75 %
-  76 % a 100 %

Projeto SIMAS - Convênio FIAM / UNICEF

MICRORREGIÃO ITAPARICA

MUNICÍPIOS / DISTRITOS - MAI / 93

ALAGOAS

■ **As atividades de monitoramento se convertem em uma prioridade dentro das operações do setor.**

A introdução do SIMAS nos planos de trabalho do setor reduz a necessidade de atividades de monitoramento desenhadas AD HOC e faz com que esta atividade crítica se torne mais rotineira. Consegue-se, desta forma, institucionalizar um sistema rotineiro de recolhimento de dados, o qual ajuda a sustentar as decisões do projeto e a estabelecer as políticas setoriais.

■ **Os indicadores de progresso são flexíveis.**

O SIMAS permite que os usuários acrescentem metas e indicadores específicos de seus países, de tal maneira que o monitoramento satisfaça as necessidades locais.

■ **O estabelecimento de indicadores básicos universais permite efetuar comparações.**

O fato do SIMAS utilizar poucos indicadores básicos, o torna uma ferramenta valiosa para os administradores em todos os níveis. Na medida em que a informação desses se agrega a níveis crescentes, contribui para mostrar tendências e progressos nacionais e internacionais.

■ **As informações fragmentadas do setor podem ser integradas.**

Um valor adicional do SIMAS é que os administradores do setor podem compartilhar informação específica de seus países, a medida que os indicadores utilizados são monitorados e a informação é processada, analisada e divulgada, utilizando sempre o mesmo critério.

■ **Campanhas bem sucedidas para obtenção de recursos financeiros precisam dados sobre as necessidades a serem atendidas.**

As características flexíveis do SIMAS favorecem o uso de indicadores específicos que permitem levar a cabo atividades inovadoras e localmente apropriadas; ao combiná-las com os indicadores locais, os planejadores dispõem de uma firme base de dados que lhes possibilita ajustar os objetivos, assim como preparar melhores propostas de apoio financeiro a doadores nacionais e internacionais.

■ **O programa de computador é fácil de instalar e de usar.**

O programa do SIMAS requer um mínimo de treinamento no manejo de computadores e os relatórios podem ser planejados e gerados atendendo às necessidades da administração, tanto no nível regional e nacional como no internacional. O programa funciona em qualquer micro computador compatível com IBM.

A OPS/OMS e o UNICEF estabeleceram em 1991 o Programa Conjunto de Monitoramento (JMP), com o objetivo de fortalecer e expandir o sistema de controle no setor de água e saneamento. O SIMAS está sendo desenvolvido como um sistema que pode ser adotado nos países em desenvolvimento, e tanto a OPS/OMS como o UNICEF estão apoiando a sua implementação.

A previsão é de que cada país chegue a adaptar o SIMAS para melhorar o monitoramento de seu próprio setor de água e saneamento. Porém, também todos os países participantes deverão facilitar seus dados sobre os indicadores básicos, pois esta informação servirá para preparar os relatórios internacionais de progresso anual, que serão utilizados para sustentar campanhas de captação de recursos e de conscientização sobre as necessidades do setor.

O Sistema de Monitoramento de Água e Saneamento (SIMAS) proporciona um novo e poderoso pacote de ferramentas que ajuda ao monitoramento das atividades de água e saneamento em todos os níveis.

INICIATIVA



Ministério do Bem-Estar Social
Secretaria de Saneamento

APOIO



Como obter um pacote do SIMAS:

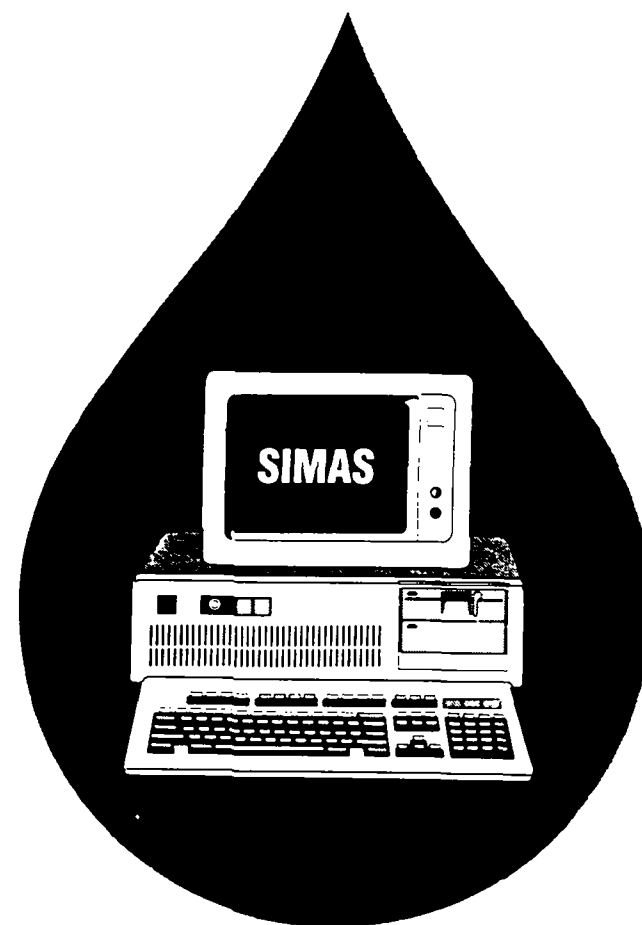
Para maiores informações dos disquetes do programa SIMAS, favor dirigir-se aos endereços que se proporcionam a seguir:

OPS: Organização Panamericana de Saúde
525 Twenty-Third Street, NW
Washington, D.C. 20037-2897
Tel. +1 202 223-3200 Fax: +1 202 223-5971

OMS: Organização Mundial de Saúde - Unidade de Abastecimento de Água e Saneamento da Comunidade
1211 Genebra 27, Suíça
Tel. +41 22791-3543 Fax: +41 22 791-0746

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância
Water and Environmental Sanitation Section
UNICEF House, (H-11)
3 UN Plaza
New York, N.Y. 10017. EE.UU.
Tel. +1 212 326-7120 Fax: +1 212 326-7438

SISTEMA DE MONITORAMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO (SIMAS)



ALCANÇANDO AS METAS DE ÁGUA E SANEAMENTO PARA OS ANOS 90



Por que é necessário fortalecer o monitoramento no setor de água e saneamento?

Em 1980, a Assembléia das Nações Unidas proclamou o período de 1981-1990 como Década Internacional de Abastecimento de Água Potável e Saneamento (DIAAPS).

O principal objetivo da Década foi proporcionar o acesso universal ao abastecimento de água potável, assim como ao saneamento para todos os habitantes dos países em desenvolvimento. No entanto, em 1990 ainda não se havia conseguido alcançar nenhum desses objetivos. Em 1991, cerca de 1,2 bilhões de pessoas nesses países careciam ainda de um abastecimento seguro de água e cerca de 1,7 bilhões não dispunham de instalações adequadas para a eliminação dos dejetos.

Para alcançar os objetivos da década, ainda no ano 2000, faz-se necessária uma melhor gestão do setor, um maciço incremento nos níveis de financiamento e um programa mais rápido de implementação que aquele levado a cabo nos anos 80. Deverá ser dada mais atenção à redução das sérias disparidades existentes dentro dos próprios países, concentrando maiores esforços no abastecimento de água potável e esgotamento sanitário da população rural e da população urbana pobre. Estima-se que seriam necessários investimentos anuais na ordem de cerca de US\$36 bilhões (mais de 3.5 vezes dos investimentos anuais nos anos 80) para poder alcançar a cobertura universal.

Maior atendimento a custos menores para os anos 90

É provável que o investimento total requerido para conseguir um atendimento universal não esteja disponível em muitos países, em razão da conjuntura econômica mundial e das particularidades de cada nação. Apesar disso, em uma boa parte dos países em desenvolvimento poder-se-ia chegar a abastecer 80% das populações rurais e urbanas que ainda carecem dos serviços de água potável e saneamento, caso se conseguisse destinar só 30% do investimento requerido para uma cobertura universal. Ainda assim, a consecução desse objetivo mais modesto, depende da extensão do uso de tecnologias de baixo custo já provadas, e uma adequada gestão dos programas projetados para as áreas rural e urbana de baixa renda.

O monitoramento favorece uma tecnologia mais adequada, uma melhor gestão, e o uso de recursos e a aplicação de uma política pública eficaz para o setor.

Na atualidade, dispõe-se de muitas das inovações tecnológicas fundamentais necessárias para melhorar os serviços de água e saneamento e alcançar as metas dos anos 90. Apesar disso, a experiência dos anos 80 nos ensina que é igualmente importante incrementar as capacidades administrativas nacionais, assim como a promoção do setor. A fim de fortalecer as capacidades nacionais, faz-se necessário melhorar os sistemas de monitoramento e vincular os dados disponíveis no nível regional, nacional e internacional.

A utilização de sistemas mais eficazes de monitoramento permite aos administradores e aos executores da política pública utilizar uma linguagem comum ao fazer referência aos objetivos e aos indicadores utilizados na medição do progresso do setor.

Igualmente, podem, de maneira mais precisa, identificar limitações e redestinar recursos para solucionar problemas, assim como realizar análises comparativas dos progressos alcançados em atividades similares no nível regional e, inclusive, mundial, visando promover mais apoio financeiro ao setor e influir na política pública.

O SIMAS baseia-se em 25 anos de experiência das Nações Unidas no controle da Água e do Saneamento.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) se deu à tarefa de recolher e publicar estatísticas sobre água e saneamento desde os anos 60. Nos anos 80, o sistema se expandiu a fim de incluir dados relevantes sobre fatores de financiamento e institucionais, assim como sobre os níveis de cobertura para a população.

O relatório "Ganhos da Década Internacional de Abastecimento de Água Potável e Saneamento 1981-1990", apresentado às Nações Unidas pelo Secretário Geral, recomendou o fortalecimento das capacidades nacionais na utilização da Informática e no monitoramento do setor de água e saneamento. Adicionalmente, na consulta de Nova Delhi e na Reunião Mundial de Cúpula para a Infância foram feitas novas recomendações para desenvolver sistemas mais eficazes de monitoramento.

Tais recomendações induziriam os administradores do setor a estabelecer objetivos nacionais a longo prazo, porém com metas anuais. Ao mesmo tempo, foi recomendada uma série de indicadores básicos de progresso, destinada a medir os resultados nas áreas chave do setor, com a finalidade de poder fazer comparações de progresso entre os programas desenvolvidos no nível nacional e internacional. Como resposta a estas iniciativas, o UNICEF e OPS/OMS (Organização Panamericana de Saúde) estabeleceram um programa conjunto de monitoramento para desenvolver e apoiar o uso do SIMAS no setor de água e saneamento, em todos os países em desenvolvimento.



Monitoramento dos programas - Um elemento chave para a eficácia dos investimentos.

O SIMAS é considerado o ponto de partida ou precursor da construção da capacidade de monitoramento no nível nacional, estabelecendo com ele a base para que se introduza um sistema mais integral de sistematização.

Como muitas das atividades de água e saneamento são complexas e requerem a coordenação de diversos recursos tecnológicos e humanos, não se torna difícil que os projetos se desviem de seu curso. Por isso, um monitoramento periódico de certos indicadores chave permite à administração antecipar-se aos problemas, fazer os ajustes pertinentes, redistribuir os recursos ou, se necessário, mudar inclusive as metas do projeto.

Simas - Um sistema melhorado de monitoramento de água e saneamento para os anos 90

O sistema de monitoramento (SIMAS), proporciona um novo e poderoso pacote de ferramentas de monitoramento aos encarregados de realizar atividades de água e saneamento em todos os níveis. Um elemento substancial do sistema é o fato de que está baseado no país e controlado pelo país. Implementado a partir de um programa para computador, o SIMAS possibilita acompanhar o progresso das ações para o setor de água e saneamento, comparando-o com as metas preestabelecidas.

O SIMAS pode melhorar o controle das atividades de água e saneamento em todos seus níveis. Seu desenho flexível permite que cada usuário confeccione um sistema tal, que consiga rastrear as metas estabelecidas no nível regional e aquelas que correspondem ao setor nacional de água e saneamento como um todo. Este acompanhamento de metas será feito junto aos objetivos estabelecidos no nível mundial

no setor de água e saneamento ao longo dos anos 90.

O pacote do SIMAS, que inclui treinamento no nível regional, programas de computador compatíveis com IBM e um detalhado guia introdutório é proporcionado através do "Programa Conjunto de Monitoramento (Joint Monitoring Programme - JMP) da OPS/OMS e o UNICEF".

Indicadores Básicos

O SIMAS (Water and Sanitation Monitoring System - Sistema de Monitoramento de Água e Saneamento) baseia-se em três grupos de indicadores "básicos":

Cobertura: Quantifica a população atendida por diferentes sistemas, considerando desde os sistemas mais complexos operados pelos órgãos oficiais de água e saneamento, até os mais simples instalados pelo poder público municipal e/ou usuários.

Gestão de Sistemas: Tem como objetivo quantificar a proporção da contribuição feita pelos beneficiários ou pelas comunidades, em referência aos custos operacionais e de manutenção. Este indicador de gestão é utilizado como base para o uso e sustentação do sistema.

Financiamento: Os indicadores de financiamento são utilizados para determinar a proporção de investimentos feitos nas zonas marginalizadas urbanas e rurais, onde reside a maioria da população carente destes serviços. A informação que se obtém dos dados dos indicadores de financiamento ajuda a determinar se os investimentos destinados às populações ainda não abastecidas são adequados.

O SIMAS melhora a coordenação

■ Os objetivos de longo alcance dividem-se em metas anuais.

O SIMAS favorece o estabelecimento de objetivos realistas e metas anuais para atender as atividades básicas.

■ O monitoramento aumenta os vínculos intra-setoriais.

O SIMAS ajuda os responsáveis pela gestão de um componente do setor de água e saneamento a que tenham uma visão global das atividades do setor. Com frequência, tem-se visto que a limitação de um especialista que não está informado do grau de progresso geral no setor, pode criar obstáculos à coordenação dentro do mesmo.